

**Desenvolvimento através do Turismo: Uma Análise dos Discursos de Apresentação do PNT 2007-2010<sup>1</sup>**

Alba de Oliveira Barbosa<sup>2</sup>

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE / Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco

Maristela Jorge Melo<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD-UFPE / Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco

Micheline Machado Maciel da Silva<sup>4</sup>

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE / Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar até que ponto os discursos de apresentação do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 contribuem para a imagem do turismo como indutor do desenvolvimento e inclusão social. Para tanto, foram utilizados a evolução dos conceitos de crescimento e desenvolvimento e a inserção do turismo na política de governo. Este estudo é uma abordagem qualitativa do referido plano e como técnica de análise dos dados à análise do discurso. Verificou-se que os discursos analisados descrevem o turismo e justificam sua importância considerando-o como uma alternativa ao desenvolvimento por meio da inclusão social. Entretanto, percebe-se que o turismo, da maneira que vem sendo trabalhado como estratégia de “desenvolvimento”, pode estar maquiando a gravidade da realidade social, sem atacar as causas reais.

**Palavras-chave:** Turismo; Desenvolvimento; Plano Nacional de Turismo.

**Introdução**

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT “Turismo e Desenvolvimento Regional” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

<sup>2</sup> Graduada e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE. Orientadora de pesquisas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em Administração do Turismo. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco. Interesses de pesquisa: Turismo e Desenvolvimento; Responsabilidade Social e Turismo; Administração do Turismo. [albabarbose@ig.com.br](mailto:albabarbose@ig.com.br)

<sup>3</sup> Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco PROPAD-UFPE. Graduada e Mestre em Administração. Professora Assistente da Universidade Federal – UFPE nos cursos de graduação e especialização em Ciências Administrativas. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco. Interesses de pesquisa: Cultura e Turismo; Turismo e Desenvolvimento. [jbmelo@gmail.com](mailto:jbmelo@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Pernambuco. Interesses de Pesquisa: Turismo e Desenvolvimento, Cultura e Turismo. [micheline.silva@gmail.com](mailto:micheline.silva@gmail.com)

O turismo é reconhecido e defendido como fator de desenvolvimento social e econômico, gerador de divisas, de empregos e distribuidor de renda. Essa atividade tem sido almejada pelos mais diversos segmentos da sociedade, e é considerada benéfica na luta dos países receptores e das comunidades locais contra o desemprego, dado a sua capacidade de criação direta e indireta de postos de trabalho. Segundo o Ministério do Turismo (2007a), 845,5 milhões de pessoas viajaram em 2006, gerando uma receita de US\$ 732,8 bilhões. O Brasil ainda tem uma participação pequena nestes números, com 5 milhões de turistas, contribuiu com 0,59% do fluxo de turistas no mundo, e uma receita de 4,3 bilhões de dólares.

Internamente, a atividade emprega 2.092 mil pessoas nas empresas com atividade principal nos segmentos característicos do turismo (meios de hospedagem, restaurantes e similares, serviços de transportes, agências e operadoras turísticas, serviços desportivos e outros serviços de lazer), representando 2,47% do total de pessoas ocupadas no País (IBGE, 2006). Para muitos autores e gestores públicos e privados, o fenômeno turístico tem sido visto como fundamental no processo de desenvolvimento regional. Essa idéia pode ser percebida em discursos como o do ex-ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, quando afirma que “o turismo é um dos grandes vetores de geração de renda, emprego e oportunidades para o povo brasileiro” (SEBRAE, 2007) ou do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Plano Nacional do Turismo 2003-2007,

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

Esta associação com o desenvolvimento é feita tomando como pressuposto que a atividade tem potencial para corrigir desigualdades sociais, através da geração de emprego e renda e do seu efeito multiplicador da receita gerada. Segundo Erbes (1973) *apud* Paiva (1995), especialmente nos países subdesenvolvidos, o turismo tem se manifestado de modo significativo em virtude da possibilidade de expansão da receita

contrariamente às exportações tradicionais (...) curta maturação dos investimentos em comparação com outros projetos de desenvolvimento, possibilidade de corrigir desequilíbrios regionais internos e modernização mediante o contato com povos diversos.

Com o discurso do Presidente, não se pode esquecer, no entanto, que o turismo, como qualquer outra atividade analisada isoladamente, não pode ser tomada como a solução para os males. Apesar dos benefícios econômicos citados e muitas vezes, excessivamente explorados pela literatura da área, o turismo deve ser analisado sob uma perspectiva mais crítica, pois também é um fenômeno social, político, cultural e ambiental e, conforme Shiki (2007), a geração de renda pode ocorrer de forma concentrada, e a geração de emprego não acolher a população local, em decorrência da exigência de aperfeiçoamento técnico inexistente nela. O turismo, sob a ótica econômica, atribui um valor aos espaços, transformando o lugar em mercadoria e determinando o valor de uso para os atrativos turísticos existentes, como também gerar uma pressão inflacionária, resultado de uma demanda superior à oferta, afetando os turistas e a comunidade local.

Diante do exposto, este artigo se propõe a analisar qual(is) os enfoques de desenvolvimento dos discursos de apresentação do Plano Nacional do Turismo 2007-2010, como fator de constituição da realidade.

### **Desenvolvimento nos Períodos Governamentais**

O desenvolvimento, no país, começou a ser discutido no final dos anos 40, pautado nos princípios do nacional-desenvolvimentismo. Com Vargas o Brasil entra em um processo de transição do modelo agroexportador para o urbano industrial. Para ele, o governo poderia e deveria retomar o crescimento independente da economia mundial. Durante seu governo, o foco das ações eram a implementação da indústria de base e a dinamização do mercado interno (SOUZA, 2007).

Já Juscelino viu no Plano de Metas o desenvolvimento através de investimentos estatais em infra-estrutura; incentivo ao aumento da produção de bens de capital e de setores intermediários; incentivo à introdução dos setores de bens de consumo duráveis e estímulo à produção de alimentos. Com o golpe de 64, o país viveu um período de aparente desenvolvimento. Estabilidade monetária para os investimentos estrangeiros, mesmo que internamente. Em 1974, percebe-se um acelerado crescimento do PIB do

país, contudo, são percebidas a diminuição das condições gerais de vida da população (SOUZA, 2007).

Com Sarney e o fim do regime ditatorial, houve mudanças no sentido de uma maior democratização, pelo menos no discurso das lideranças. Esforços concentrados no estilo de desenvolvimento mais orientado para o atendimento das necessidades mais básicas da população. Apesar dos esforços, os efeitos do período do “Milagre” se fizeram sentir, especialmente no aumento da dívida externa, diminuição do Produto Interno Bruto, aumento da concentração de renda e do desemprego para a mão-de-obra não especializada. Com Collor aprofundam-se as disparidades sociais como conseqüência do que este considerava como ampliação da concorrência e modernização da economia. Neste período, os gastos com educação e saúde foram reduzidos à metade, houve arrocho salarial, aperto fiscal e início do processo de privatização (SOUZA, 2007).

O desenvolvimento foi visto, durante décadas, como sinônimo de investimento nas forças produtivas. Entretanto, desenvolvimento não é crescimento. O aumento das forças produtivas, segundo Furtado (2000), deve ser acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações na estrutura de sua economia. A dimensão social foi sendo incorporada à dimensão econômica para a análise do desenvolvimento. Dessa forma, a dimensão social surge como uma constante na fala do Presidente Lula, ao afirmar que, em seu governo entre 2003 e 2006, implementou-se “um novo modelo de desenvolvimento para o País que combina desenvolvimento econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado de trabalho e na sociedade de consumo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p 13).

Entretanto, a preocupação que focaliza todo o discurso no Plano é a dimensão predominantemente econômica, como se pode notar, “o crescimento do turismo está intimamente relacionado ao crescimento econômico, sendo por este impactado e potencializado de forma intensa” (*op cit*). Embora mais adiante seja pronunciada uma preocupação com o desenvolvimento sustentável com a afirmação de que “somente por meio de uma ação intersetorial integrada nas três esferas da gestão pública e da parceria com a iniciativa privada, conforme a proposta do PAC, os recursos turísticos nas diversas regiões do País se transformarão, efetivamente, em produtos turísticos, propiciando o desenvolvimento sustentável da atividade, com a valorização e a proteção

do patrimônio natural e cultural e o respeito às diversidades regionais”.(op cit).

Para ser sustentável, o desenvolvimento,

(...) tem de significar melhoria na qualidade de vida de toda a população, assegurando condições de vida dignas a todos e justiça social. Do ponto de vista ambiental, o desenvolvimento sustentável propõe a utilização parcimoniosa dos recursos naturais, de forma a garantir o seu uso pelas gerações futuras. Para tal, propõe que os recursos naturais renováveis sejam usados aquém de sua capacidade de renovação, e os não renováveis de forma parcimoniosa, permitindo o seu uso pelo máximo de tempo e de gerações. Propõe, ainda, a preservação de amostras significativas do ambiente natural, de forma a garantir a manutenção dos serviços ambientais que estas áreas propiciam e a qualidade de vida da população do entorno.(...).

### **Desenvolvimento dos Planos Governamentais de Turismo**

A incorporação do turismo como política pública<sup>5</sup> é recente no país. Começa com o Decreto-lei no. 406, de 04 de maio de 1938 que previa autorização do governo para a venda de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias. Em 1939, foi criada, através do Decreto-lei no. 1.915, a Divisão do Turismo, no Departamento de Imprensa e Propaganda, considerado o primeiro órgão oficial de turismo na administração pública federal, que tinha por responsabilidade a fiscalização das atividades relativas às agências de viagens (DIAS, 2003; CARVALHO, 2000). Essas ações não focavam o desenvolvimento do turismo em primeira instância, mas sim o desenvolvimento das ações de comércio e relações internacionais, nas quais o turismo se inseria na época. O turismo, ainda destes decretos, foi tratado de maneira fragmentada, analisando-o, apenas por meio da vendas de passagens e desenvolvido sem uma política formal estabelecida.

Somente no decorrer do Plano de Metas (1956/61), foi criada a Comissão Brasileira de Turismo – COBRATUR, que era responsável por coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo (FERRAZ, 1992 *apud* DIAS, 2003). Esse foi o primeiro esforço no sentido de articular uma política nacional, no entanto, a comissão foi extinta em 1962 e suas diretrizes não foram implementadas. Em 1966, a partir do Decreto no. 55, o turismo passa a ser reconhecido como uma atividade capaz de atenuar as disparidades regionais, tomando como base os investimentos nas regiões Norte e Nordeste (CRUZ, 2000). Apesar do reconhecimento, os avanços no setor também não se verificaram.

---

<sup>5</sup> Política pública em turismo compreende o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores que se encontram consubstanciadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo (CARVALHO, 2000).

A primeira vez, na história das constituições brasileiras, que o turismo foi contemplado, foi com a constituição de 1988. O turismo nesta foi visto como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme Ferraz (1992) *apud* Carvalho (2000). Só a partir de 1991, através da Lei 8.181, de 28 de março, o turismo teve impulso no governo. Através da reestruturação da EMBRATUR, órgão com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer a Política Nacional de Turismo. Segundo Ferraz (1992) *apud* Carvalho (2000), a história das políticas públicas de Turismo no Brasil inicia-se com esse fato. No entanto, esse incentivo ficou restrito apenas a uma política de incentivos financeiros e fiscais, notadamente direcionados para o setor hoteleiro.

Em 1994, a EMBRATUR criou o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, em uma tentativa de tornar o processo decisório mais participativo, através da descentralização do desenvolvimento turístico e da oferta de orientação técnica para que a própria comunidade gerisse seus recursos. Em 1996, a Política Nacional de Turismo é lançada e passa a ser implementada através de um conjunto de diretrizes, estratégias e objetivos e ações que englobava: a implantação de infra-estrutura básica e turística; a capacidade de recursos humanos para o setor; a modernização da legislação; a descentralização da gestão do turismo e a promoção do país no exterior (DIAS, 2003).

Com a gestão do Presidente Lula, o turismo passa a ter destaque no governo, através da criação de um Ministério específico para o mesmo e com a implementação do “Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, que estabeleceu os rumos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil para o período 2003-2007. A alteração mais significativa foi à mudança da gestão e do planejamento, já que as ações estavam norteadas pelo órgão, com organismos e orçamentos próprios de gestão. As metas do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 foram: (1) geração de empregos; (2) aumento do número de turistas; (3) aumento do número de chegada de passageiros; (4) geração de divisas e (5) ampliação da oferta turística brasileira.

O PNT 2007-2010 continua com as diretrizes da versão anterior, no entanto, também foca no desenvolvimento da atividade no mercado interno e a inclusão social. A proposta de turismo como forma de desenvolvimento do país, através da geração de emprego e renda, é mais evidente neste plano. A expectativa do Ministério do Turismo é que de 2007 a 2010 o setor gere 1,7 milhão de novos empregos. O PNT 2007-2010 representa um conjunto de estratégias que norteiam as atividades que envolvem o poder

público nas três esferas do governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Ações essas que estão distribuídas em oito macroprogramas que tem como objetivos: a) desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. b) promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros. c) fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.

### **Procedimentos Metodológicos**

Existe muita discussão e muitas afirmações equivocadas ao se fazer distinção entre pesquisa qualitativa e quantitativa, pois é possível realizar pesquisas quantitativas que utilizam técnicas observacionais e estudos de caso que incorporam um questionário de pesquisa de levantamento (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002). Levando em consideração a afirmação dos autores acima citados e utilizando bastante cautela ao classificar este artigo pesquisa, acredita-se que ao analisar qual(is) os enfoques dos discursos de apresentação do Plano Nacional do Turismo 2007-2010, um estudo qualitativo seja mais adequado. Segundo Bauer, Gaskell e Allum (2002) a pesquisa qualitativa permite um maior envolvimento com o problema em estudo. Nela, conforme se observa em Godoy (1995, p. 21) [...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Este tipo de pesquisa possibilita entender situações únicas dentro de um contexto particular e suas interações. A pesquisa qualitativa, portanto, permite a compreensão e identificação de contradições dos discursos de apresentação em análise.

Para este trabalho adotou-se a pesquisa bibliográfica ao analisar os discursos de apresentação do Plano Nacional do Turismo cujo documento está disponível no *site* no Ministério do Turismo. O primeiro discurso analisado é o do Presidente da República em exercício; o segundo é o da Ministra de Estado do Turismo, Marta Suplicy. A análise do discurso consiste em técnicas que procuram deduzir as condições de produção do discurso e como essas condições interferem no discurso, a partir da utilização de métodos de análise predominantemente interpretativos (BARDIN, 1991).

### **Análise de dados**

Para Celso Furtado (1984), cultura é o conjunto das características de uma sociedade, suas interações sociais, suas instituições, seus valores, a maneira como ela constrói e transmite conhecimentos e a forma como os representa, mas a visão de desenvolvimento que se tem, é que pode ser entendido como a própria cultura. Nesse sentido, Fonseca, (2005) argumenta que do ponto de vista semântico, cultura pode ser entendida como o próprio desenvolvimento social. E, retornando a Furtado, tem-se que só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites, ali onde existir um projeto social subjacente.

Dessa forma, desenvolvimento está atrelado à concepção de cultura e este ocorre apenas quando acompanhado de um projeto social que contemple as complexas interações entre o homem e o ambiente. Assim, é de se esperar que a atividade turística, uma opção do governo atual para desenvolver as localidades, contemple a noção de desenvolvimento em sua plenitude, com isso analisamos aqui o discurso presente no PNT, Plano Nacional do Turismo, 2007-2010 em suas apresentações.

A discussão mais crítica, portanto, do turismo, especialmente a partir do Plano Nacional do Turismo, que direciona as ações do Governo Federal para o setor, deve ser feita, uma vez que a atividade é ressaltada no referido documento como indutora de desenvolvimento e inclusão social. As análises desse estudo serão apresentadas tão logo a apresentação da citação do discurso do PNT 2007-2010. Segundo Misoczky (2005, p. 126), “discurso, em seu sentido mais abstrato, é um termo inerentemente relacionado a um momento do social e não tem qualquer sentido ou existência a não ser em relação com outros termos (sejam eles, de acordo com as teorias sociais escolhidas, instituições, *habitus* e campos, materialidade, etc.)”.

### **Citação I**

O turismo, hoje, já é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis. Os resultados até agora nos permitem vislumbrar um futuro promissor: no ano passado, as 80 principais empresas do setor registraram um faturamento de R\$ 29,6 bilhões, com crescimento de 29% em relação a 2005 (...) Esse desempenho excepcional refletiu-se no movimento das companhias aéreas que operam no Brasil. Mais de 46 milhões e 300 mil passageiros viajaram em vôos regulares e fretados cruzando os céus do País, com um crescimento de desembarques superior a 7% nos aeroportos nacionais. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p. 5).

O Presidente da República ressalta o futuro “promissor” através de exemplos econômicos para o PIB do país e do faturamento das maiores empresas do setor. No entanto, não deixa claro quais seriam os benefícios desse incremento para a população em geral. Para haver desenvolvimento, deve-se antes de tudo ter distribuição de renda. O desenvolvimento só será efetivo se os resultados positivos do crescimento forem compartilhados com a população e servirem para a ampliação de suas capacidades humanas. Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, segundo Veiga (2006), define como o conjunto de coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida, como: a) ter uma vida longa e saudável, b) ser instruído, c) ter acesso a recursos necessário a um nível de vida digno e d) ser capaz de participar da vida em comunidade.

### **Citação II**

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão, que aqui apresentamos, traz uma série de estratégias e medidas que vão representar um importante estímulo ao mercado interno. São propostas que abrem as portas do turismo nacional para que todos os brasileiros possam se beneficiar desse mercado. Seja como turista, como empregado, como prestador de serviço, seja como empresário. Seja por meio de cursos de qualificação profissional, da geração de novos empregos, da incorporação das camadas de mais baixa renda como clientes do mercado turístico, seja pela adoção de políticas segmentadas para aposentados, trabalhadores e estudantes. Enfim, o turismo interno será estimulado e abrirá novas portas para a inclusão social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p. 7).

A Ministra do Turismo, na citação acima, enfatiza a inclusão social da população seja como consumidores ou produtores do serviço turístico. Essa ênfase parte do pressuposto de que, como consumidores, as pessoas estavam excluídas do processo por falta de recursos financeiros. Essa idéia é corroborada pela linha de crédito consignado disponibilizada, no primeiro momento, para os aposentados e em seguida para os trabalhadores de baixa renda e os estudantes. A exclusão deve ser melhor avaliada uma vez que não é apenas a falta de recursos que impede a população de viajar, mas no caso dos aposentados, faz-se necessário avaliar quanto dos roteiros turísticos e meios de hospedagem, por exemplo, estão adaptados ao público da terceira idade. A necessidade de construção de uma sociedade democrática e inclusiva é um consenso, mas a questão não deve passar unicamente pela questão monetária. Até que ponto a infra-estrutura turística está apta a receber os portadores de deficiências, os analfabetos, os pobres, as comunidades rurais, as comunidades indígenas e tantos outros segmentos carentes de

inclusão?

Outra questão, que merece reflexões ainda maiores, é fato de ser o turismo é uma atividade econômica capitalista excludente por natureza. E a exclusão, conforme Yazbeck (2001) *apud* Daibert *et al* (2006) não é uma externalidade do sistema, mas elemento fundamental para a manutenção do mesmo. Acrescenta ainda que o sistema reconhece o dever moral de prestar socorro aos excluídos, com um discurso humanitário da filantropia, despolitizado, mas não reconhece seus direitos sociais e não deixa que suas ações de favor e de ajuda transformem-se em direito, em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade, pois tentam manter o pobre e excluído nessa condição, sem emancipação.

### **Citação III**

Meu desejo, nos próximos anos, é multiplicar as oportunidades para que milhões de brasileiros possam ampliar seu olhar para dentro do Brasil. Sem descuidar da divulgação das nossas belezas naturais no exterior, trata-se agora de colocar o **lazer turístico na cesta de consumo da família brasileira e, com isso, fortalecer o turismo interno**. Esse é o objetivo, por exemplo, da inclusão de aposentados na cadeia do turismo interno, com acesso a roteiros e pacotes financiados em condições facilitadas e mais em conta (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p. 5).

O relato acima do Presidente ressalta a ideologia do consumo, orientado no cliente e centrado na economia. Ao inserir os aposentados, num primeiro momento, os estudantes e trabalhadores de baixa renda, posteriormente, o governo visa minimizar os efeitos da sazonalidade ao aumentar as taxas de ocupação da baixa estação com esses públicos. O discurso do turismo segue os padrões da sociedade centrada no mercado. Para Ramos (1989), atualmente, o mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo e o tipo de organização que corresponde às suas exigências, assumiu o caráter de um paradigma para a organização de toda a existência das pessoas.

### **Citação IV**

O turismo ambiental e sustentável tem aqui um potencial no qual poucas nações do mundo podem se comparar ao Brasil. Nossas belezas naturais, rios, florestas, mananciais, praias e montanhas são um atrativo sem concorrência neste mundo assustado pelo aquecimento global e pela destruição da natureza. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p.5).

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável que diversos

teóricos e estudiosos têm levantado abrange as mais diversas e complexas relações do homem com o meio ambiente e sociedade. Observa-se nessa fala, de tom imperativo, uma preocupação de cunho mercadológico com vistas à exploração dos recursos naturais, denominados “nossas belezas” sem uma preocupação com a preservação desses recursos e sem um trabalho de conscientização da população receptora para minimizar os impactos decorrentes da ação dos visitantes na comunidade.

#### **Citação V**

O governo federal está fazendo sua parte como indutor do desenvolvimento, como provedor de políticas voltadas para uma melhor qualificação do nosso trabalhador. Para receber novos clientes, como os turistas da melhor idade, nossos aeroportos, hotéis, táxis e restaurantes precisarão contar com pessoal preparado para atender esse público. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p 7).

A adequação para receber os segmentos citados acima não se restringe à qualificação dos funcionários, no entanto, o governo informa que está fazendo sua parte como indutor de desenvolvimento e, conseqüentemente, produtor da inclusão ao promover uma maior qualificação dos envolvidos. Entretanto, o foco da qualificação para o desenvolvimento propostos pelo plano está voltado para idiomas e qualidade em atendimento. O investimento em qualificação deve ser maior do que os treinamentos propostos. A população deve ter acesso à educação básica e profissional de qualidade e com isso estar preparadas para a competitividade do mercado de trabalho. Investir em desenvolvimento e não apenas em treinamento das pessoas. Com o turismo, a população local, em inúmeras vezes, é empregada na área da operação, ficando os cargos mais especializados ocupados por pessoas vindas de fora do Estado ou do País, como pode ser visto em Urry (2000) *apud* Tomazzoni (2006), a maioria dos empregos gerados nos serviços relacionados ao Turismo é relativamente de baixa capacitação e pode reproduzir o servilismo característico dos regimes coloniais.

#### **Citação VI**

Fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior são algumas das ações que fazem do Plano Nacional do Turismo 2007/2010 um importante **indutor do desenvolvimento e da inclusão social** (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p. 7).

A afirmação acima deixa claro o entendimento de turismo como vetor desenvolvimento pelo governo, a ser conseguido através do incremento ao turismo interno especialmente com o acesso aos aposentados, trabalhadores de baixa renda e estudantes; treinamento da mão-de-obra; geração de empregos e renda, e promoção da imagem do país no exterior. É pretensiosa a afirmação de que essas ações especialmente conduziram ao desenvolvimento.

Souza (1997) analisando como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local ressalta duas dimensões de análise: a) autonomia da população residente e b) complexidade das sociedades emissoras e receptoras de turistas. No primeiro aspecto, a comunidade local deve ter autonomia na gestão dos destinos, até mesmo para disciplinar o turismo conforme os seus interesses e suas necessidades. Essa questão se torna grave, uma vez que a população brasileira é heterogênea e possui uma concentração de renda elevada e talvez a autonomia se limite a poucos. Ainda conforme o autor, se a maioria da população não tiver acesso ao processo decisório dos recursos turísticos, dificilmente essa, ou qualquer outra atividade, corresponderão às suas expectativas e interesses, limitando, portanto, o desenvolvimento. Para haver desenvolvimento devem ser modificadas as bases sociais de sustentação do poder e assegurar uma participação efetiva no processo político dos segmentos sociais excluídos. O problema do Brasil não é econômico e sim político, conforme Furtado (1984).

O segundo aspecto refere-se ao grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos no turismo. Segundo Souza (1997), a assimetria de renda e as diferenças culturais podem ser negativas e traumáticas quando a realidade dos visitantes é bastante diversa dos residentes e estes vêm oriundas de uma realidade considerada “superior” e detêm um poder de compra que pode estimular distorções locais.

### **Considerações Finais**

Os discursos analisados do Presidente da República e da Ministra de Estado do descrevem o turismo e justificam sua importância considerando-o como uma alternativa ao desenvolvimento por meio da inclusão social. Entretanto, ao enfatizar os aspectos positivos e os resultados financeiros de seu desempenho, os discursos deixam clara a predominância de aspectos econômicos da atividade. A dimensão social surge como

uma constante na fala do Presidente Lula, ao afirmar que, em seu governo entre 2003 e 2006, implementou-se “um novo modelo de desenvolvimento para o País que combina desenvolvimento econômico com distribuição de renda e proporciona a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado de trabalho e na sociedade de consumo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b, p 13).

Entretanto, a preocupação que focaliza todo o discurso no Plano a dimensão é predominantemente econômica, como se pode notar, “o crescimento do turismo está intimamente relacionado ao crescimento econômico, sendo por este impactado e potencializado de forma intensa.”, (*op cit*). Embora mais adiante seja pronunciado uma preocupação com o desenvolvimento sustentável com a afirmação de que “somente por meio de uma ação intersetorial integrada nas três esferas da gestão pública e da parceria com a iniciativa privada, conforme a proposta do PAC, os recursos turísticos nas diversas regiões do País se transformarão, efetivamente, em produtos turísticos, propiciando o desenvolvimento sustentável da atividade, com a valorização e a proteção do patrimônio natural e cultural e o respeito às diversidades regionais.” (*op cit*).

O que pode ser visto neste trabalho é que as propostas de ação dos discursos contribuem para vislumbrar a atividade como indutora do desenvolvimento e inclusão social, no entanto, essas contemplam prioritariamente os interesses da produção econômica e do mercado consumidor, e em último plano as necessidades das comunidades receptoras.

Esse artigo não propõe que a visão econômica seja abandonada, mas conforme Ladislau Dowbor *apud* Aguiar (2007) do ponto de vista da cidadania, só é aceitável uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo com possibilidades de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Ou seja, não é aceitável que o Turismo ou mais especificamente, que o plano norteador da atividade turística no país não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade e que deixe de enfatizar a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento humano.

## **Referências**

**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Turismo, Desenvolvimento Local e Integração Regional. In: SEABRA, Giovanni (org.) **Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. In: **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

DAIBERT; André Barcelos D.; MORAES, Edilaine A. de e BOTELHO, Eloise S.. Inclusão Social E Turismo: possibilidades e desafios. In: 2º. Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social. 2006. Rio de Janeiro. **Anais: SAPIS**, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EloiseBotelho.pdf>> Acesso em 13 jan. 2008.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento Turístico: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Denise. **Discutindo Os Termos de uma Equação de Congruência: Cultura E Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em 13 mar. 2008.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 3. ed.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 20-29, mar./jun. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003**. In: Estudos e Pesquisas. Informação Econômica, número 5. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 14 fev. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas Básicas de Turismo**. Brasília, nov. 2007a. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007b. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007: diretrizes, metas e programas..** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2005.

MISOCZKY, Maria Ceci. Análise Crítica do Discurso: uma apresentação. **Gestão.Organizacional**. v. 3, n. 2, mai./ago. 2005 Disponível em: <<http://www.gestaoorg.dca.ufpe.br>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

PAIVA, Maria das Graças Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papiрус, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pequena Empresa Predomina na Cadeia Produtiva do Turismo**. 2007. Agência SEBRAE de Notícias. Disponível em: < <http://asn.interjornal.com.br>>. Acesso em 01 jan. 2007.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: sustentabilidade do turismo no Nordeste Brasileiro. **Tese** (doutorado). Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. Turismo e desenvolvimento Socioespacial na Zona da Mata Norte de Pernambuco: perspectivas e limitações da Rota Engenheiros e Maracatus. Programa de Pós-graduação em Geografia. **Dissertação** (Mestrado). UFPE: Recife, 2006.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA Jr, Augusto W. M. **O Estado e o Desenvolvimento: uma revisão da teoria do desenvolvimento/subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/aug%20menezes.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2007.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Análise do Discurso Turístico da Serra Gaúcha. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 339-365, jun./dez. 2006.

VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva** (SEADE), v.20, n.3, jul.-set. 2006. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em: 13 jan. 2008.